



**P**  
Público

**RACISMO  
NO PAÍS DOS  
BRANCOS  
COSTUMES**

**JOANA  
GORJÃO  
HENRIQUES**

**L I S B O A  
TINTA-DA-CHINA  
M M X V I I I**

Estas reportagens foram publicadas entre Novembro de 2016 e Setembro de 2017 no jornal *Público*. Alguns factos, como idades, locais de residência ou situações profissionais e legais, podem já ter sido alterados.

© 2018, Joana Gorjão Henriques  
e Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua Francisco Ferrer, 6A  
1500-461 Lisboa  
Tels.: 21 726 90 28/9  
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Racismo no País  
dos Brancos Costumes*

Autora: Joana Gorjão Henriques  
Revisão: Tinta-da-china  
Composição: Tinta-da-china  
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Abril de 2018

ISBN 978-989-671-432-1  
Depósito Legal n.º 439184/18

---

#### CRÉDITOS DO DVD

Direcção: Joana Gorjão Henriques  
Realização: Frederico Batista  
Imagem: Frederico Batista  
Ilustrações e Cenários: Sibila Lind

## ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Introdução</i>	11
<b>JUSTIÇA</b>	
<i>«Há uma justiça para brancos e uma justiça para negros.»</i>	23
<b>NACIONALIDADE</b>	
<i>«Sou português para os impostos, mas não para os plenos direitos.»</i>	47
<b>HABITAÇÃO</b>	
<i>«Veio uma retroescavadora e foi-se arrancando a vida das pessoas.»</i>	67
<b>EMPREGO</b>	
<i>«Quero ter a oportunidade de provar que posso fazer igual aos brancos.»</i>	93
<b>EDUCAÇÃO</b>	
<i>«A expectativa que se deposita em nós é a da escolaridade mínima obrigatória.»</i>	107
<b>ACTIVISMO</b>	
<i>«Envolvo-me em lutas contra o racismo para retirar obstáculos da nossa vida em Portugal.»</i>	127
<b>COLONIALISMO</b>	
<i>«Há muito mais famílias que tiveram escravos.»</i>	145

*Em primeiro lugar, quero agradecer a todas e todos os que participaram nas reportagens com o seu testemunho, e tiveram coragem para se expor e contar as suas histórias. Por ordem alfabética:*

<i>Adriano Furtado</i>	<i>Deolinda Rodrigues</i>
<i>Alípio Ribeiro</i>	<i>Diogo Varela</i>
<i>Amália</i>	<i>Eduardo Ascensão</i>
<i>Amélia Costa Injai</i>	<i>Esser Silva</i>
<i>Ana Benavente</i>	<i>Eunice Rocha</i>
<i>Ana Cristina Pereira (Kitty Furtado)</i>	<i>Fernanda Delgado</i>
<i>Ana Mendes</i>	<i>Filipa Cardoso</i>
<i>Ana Rita Alves</i>	<i>Flávio Almada</i>
<i>Ana Tica</i>	<i>Francisca Lopes</i>
<i>Anabela Rodrigues</i>	<i>Francisco</i>
<i>António Brito Guterres</i>	<i>Francisco Sousa</i>
<i>António Pedro Dores</i>	<i>Grada Kilomba</i>
<i>António Tomás</i>	<i>Helder Amaral</i>
<i>Basília Moreno</i>	<i>Helena Roseta</i>
<i>Beatriz Dias</i>	<i>Ibrantino Freitas</i>
<i>Carla Fernandes</i>	<i>Inocência Mata</i>
<i>Carlos</i>	<i>Iolanda Évora</i>
<i>Carolina Lopes</i>	<i>Isabel Castro Henriques</i>
<i>Cátia Severino</i>	<i>Jakilson Ramos Pereira</i>
<i>Celso Lopes</i>	<i>Joacine Katar Moreira</i>
<i>Celso Manata</i>	<i>Joana</i>
<i>Cristina Roldão</i>	<i>João Rato</i>
	<i>Jorge Malheiros</i>

<i>Jorge Vala</i>	<i>Paulo Pascoal</i>
<i>José Semedo Fernandes</i>	<i>Pedro Bacelar de Vasconcelos</i>
<i>Laurent Mendy</i>	<i>Pedro Schacht Pereira</i>
<i>Lolo Arziki</i>	<i>Raquel Rodrigues</i>
<i>Mamadou Ba</i>	<i>Ricardina Cutbberth</i>
<i>Margarida Calafate Ribeiro</i>	<i>Rita Mota Sousa</i>
<i>«Maria»</i>	<i>Rita Silva</i>
<i>Maria de Fátima Lopes</i>	<i>Silvia Rodríguez Maeso</i>
<i>Maria Lopes</i>	<i>Vanessa Fernandes</i>
<i>Maria Sábado Cabral</i>	<i>«Victor»</i>
<i>Mário Monteiro</i>	<i>Vítor Sanches</i>
<i>Marta Araújo</i>	<i>William Fernandes</i>
<i>Miguel Vale de Almeida</i>	<i>Wisslaya Dias</i>
<i>Nina Vigon Manso</i>	<i>Yolanda Tati</i>
<i>Ondina Tavares</i>	

*Se não gostas de alguma coisa, muda-a.  
Se não a consegues mudar, muda a tua atitude.*  
— MAYA ANGELOU

*Quero também agradecer à minha editora do Público, Andreia Sanches, que recebeu este projecto, o impulsionou e o foi melhorando com as suas sugestões; ao David Dinis, director do jornal, pelo acolhimento; e à Bárbara Bulhosa, da Tinta-da-china, pela vontade de publicar em livro quando ainda era apenas uma ideia.*

*Agradeço ao Frederico Batista, companheiro indispensável de reportagens. Ao Luís Mab e à Francisca, pela paciência na leitura e sugestões. À Aurora Rodrigues, à Evalina Dias, ao Ianick Insaly ou à Sofia Peyssonneau Nunes, pelas sugestões e contactos — e a tantos outros que possa ter esquecido. Ao Ricardo, pelo apoio e questionamento generoso do meu trabalho. Aos meus pais. E, finalmente, à Dona Diva Guimarães, que em Paraty (Brasil) partilhou a sua enorme coragem e resistência ao racismo.*

## INTRODUÇÃO

No país dos brandos costumes pode haver racismo, mas ninguém é racista porque racistas são os outros. No país dos brandos costumes há cidadãos portugueses tratados como imigrantes, mas todos se vangloriam sobre as políticas de integração. No país dos brandos costumes toda a gente é bem-vinda, mas algumas pessoas têm mais probabilidade de ir para a prisão do que outras. No país dos brandos costumes não se olha a cores, mas quase não há negros em posições de destaque: na Assembleia da República, nos *media*, na banca, na chefia das grandes empresas, na academia, a publicar livros, a protagonizar as suas próprias histórias.

O que há, sim, neste país dos brandos costumes, é um pacto de silêncio sobre as condições de desigualdade de uns e as vantagens com que outros nascem devido à sua «cor» e fenótipo. É um pacto violento entre quem sabe mas esconde, e entre quem não sabe nem quer ver, mas que oculta o facto de vivermos numa sociedade inebriada com a mitologia de que não há racismo. Afinal, somos um povo propenso ao harmonioso convívio racial, que bem acolhe todas as culturas em praça pública — ou pelo menos foi essa a imagem promovida pelo Estado Novo e pelo lusotropicalismo de Gilberto Freyre<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre lança os fundamentos do lusotropicalismo na sua primeira obra publicada, *Casa-grande & senzala* (1933), como explica a historiadora Cláudia Castelo em *Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre*, classificando Portugal como «o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores».

«O mundo que o português criou», para citar outra obra de Freyre, neste caso o mundo que o português criou sobre si próprio, é um mito. Há pouco de heróico no nosso passado colonial violento<sup>1</sup>, construído à base de uma ideologia racista que divide os seres humanos e os hierarquiza. Não há nada para enaltecer no papel preponderante que o país teve no comércio transatlântico de pessoas escravizadas e no quanto beneficiou com isso<sup>2</sup>, tornando-se o grande pioneiro de um dos maiores genocídios da humanidade. Pelo contrário: deve envergonhar-nos que, depois da abolição da escravatura, Portugal tenha mantido uma política de trabalho forçado até ao fim do salazarismo em 1974<sup>3</sup>, e que até hoje não tenha sido criado qualquer memorial de homenagem às vítimas<sup>4</sup>.

O racismo é um sistema, é uma ideologia e é uma prática que se baseia em relações de poder que se reproduzem e perpetuam até hoje — também em Portugal<sup>5</sup>. São relações hierárquicas e his-

tóricas<sup>1</sup> em que o topo da pirâmide continua a ser ocupado pelos brancos, justamente porque a desigualdade é uma prática secular, enraizada e cíclica, que tem sido incapaz de se converter no seu motor de autocorreção.

Esta questão já tinha sido abordada no meu livro anterior, *Racismo em Português — O lado esquecido do colonialismo*, onde o grande objectivo era ouvir vozes diversas, africanas, sobre a história colonial, que costuma ser contada em Portugal pela perspectiva dos Descobrimientos e da Expansão, de forma enfática e estafada.

*Racismo no País dos Brancos Costumes* é a continuação dessa pesquisa, que agora se centra sobretudo nas marcas existentes em Portugal daquilo que foi o colonialismo em África, ou seja, no racismo contra os cidadãos afrodescendentes, tendo por isso deixado de fora comunidades étnicas como a dos ciganos, que são igualmente discriminadas. O objectivo é mostrar alguns dos efeitos do passado colonial, expor como o racismo se reactualizou e que formas tomou<sup>2</sup>, isto num tempo em que já não existem leis que explicitamente segregam os cidadãos por causa da cor da pele, mas em que ainda é aplicada legislação que impede milhares de pessoas de serem portuguesas só por causa da origem dos pais, independentemente de terem nascido em Portugal.

E muito mais haveria a explorar, inclusivamente sobre a própria ideia de lusofonia, projecto político que pretende unir através da língua países tão diferentes e em posições tão assimétricas, mas que levanta muitas questões que não são aqui desenvolvidas<sup>3</sup>.

1 O incontornável *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) e *Os Condenados da Terra* (1961) de Frantz Fanon são livros clássicos que abordam extensivamente esta questão.

2 Ver, por exemplo, *Are We All Post-racial Yet?*, de David Theo Goldberg (Polity Press).

3 Sobre este tema, consultar o artigo de Inocência Mata disponível através da Internet, *Lusofonia e História: Aferições de pertença luso-afónicas?* <http://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/4292/3670>, e *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, de Alfredo Margarido (Edições Universitárias Lusófonas).

1 Como exemplo, *O Massacre Português de Wiriamu*, de Mustafah Dhada (Tinda-da-china) ou *Histórias Coloniais*, de Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (Esfera dos Livros).

2 Ver *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico de Escravatura, 1810-1842*, de José Capela (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto) ou *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, de Luiz Felipe de Alencastro (Companhia das Letras).

3 A propósito, consultar *Livros Brancos, Almas Negras — A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*, de Miguel Bandeira Jerónimo (Imprensa de Ciências Sociais).

4 Ver o estudo comparativo transnacional dos memoriais em *Shadows of the Slave Past: Memory, heritage and slavery*, de Ana Lúcia Araújo (Routledge). Recentemente, a Djass — Associação de Afrodescendentes ganhou um projecto no Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa para construir um memorial no Terreiro do Paço, mas ainda não se sabe quando irá ser lançada a primeira pedra.

5 Ver *Expressões de Racismo em Portugal*, de Jorge Vala, Rodrigo Brito e Diniz Lopes (Imprensa de Ciências Sociais), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*, de José Gabriel Pereira Santos (Colibri), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo*, de Manuel Carlos Silva e José Manuel Sobral (Afrontamento), *Racismo e Etnicidade em Portugal. Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*, de Aurora Cabecinhas (repositório da Universidade do Minho), *Discursos do Racismo em Portugal: Essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*, de Edite Rosário, Tiago Santos e Sílvia Lima (ACIDI/OM), *Os Contornos do Eurocentrismo — Raça, história e textos políticos*, organização de Sílvia Rodríguez Maeso e Marta Araújo (Almedina), *Portugal a Lápis de Cor*, de Sheila Khan (Almedina). Ver o artigo de Joacine Katar Moreira no dia 7-6-2017, «Os três pés ou a trilogia do racismo», e o artigo de Mamadou Ba a 7-9-2017, «A fábula de um país com racistas sem racismo», no *Público*.

O livro parte da série de reportagens publicada no jornal *Público* entre Agosto e Setembro de 2017, com o título *Racismo à Portuguesa*, que na versão em vídeo (câmara, edição, realização) contou com a preciosa colaboração do jornalista Frederico Batista. Juntou-se a esta série, com algumas alterações, uma reportagem sobre as demolições e despejos no bairro 6 de Maio, na Amadora, e outra sobre a lei da nacionalidade, ambas publicadas no mesmo jornal. A sequência dos capítulos respeita quase integralmente a que foi seguida no jornal, começando pelo sistema judicial, passando depois para a lei da nacionalidade, o emprego, a educação e o activismo, e terminando com uma reflexão sobre o colonialismo. Esta escolha foi inspirada nas análises clássicas das desigualdades raciais, que olham para o racismo como uma construção social baseada nas já referidas relações de poder<sup>1</sup>, mas também nas conversas que tive nos últimos anos com quem vive estas situações de perto, ou mesmo no diagnóstico que 22 associações de afrodescendentes portugueses enviaram à Organização das Nações Unidas em Dezembro de 2016<sup>2</sup>.

Os problemas e inquietações levantados nestas reportagens são antigos e estão há muitos anos na agenda das próprias comunidades afrodescendentes em Portugal. O racismo é ideologia<sup>3</sup>, mas não é apenas teoria: a sua prática ainda mata pessoas. O racismo não é ignorância: há muita gente letrada a reproduzir preconceitos e discriminação, assim como há quem conviva muito com negros sem deixar de ter atitudes discriminatórias.

1 Ver *The Philadelphia Negro*, publicado em 1899 por W.E.B. Dubois, onde o sociólogo faz uma análise pioneira da situação social dos afro-americanos.

2 Consultar «Vinte e duas associações de afrodescendentes queixam-se de Portugal à ONU», no *Público*, 5-12-2017.

3 O racismo científico, que sustenta a falsa ideia de diferenças biológicas entre raças e serve de justificação para a suposta superioridade da raça branca em relação às outras, propagou-se como ideologia sobretudo a partir do século XIX, com Joseph Arthur de Gobineau e o seu ensaio sobre a *Desigualdade das Raças Humanas*.

Este livro não é um ensaio, nem quer produzir uma teoria. O que estas histórias expõem é a forma desabrida como o racismo se incrustou na nossa sociedade, com consequências graves, ao ponto de permitir que um professor académico goze publicamente com uma colega por causa do seu nome, que um senhorio recuse alugar a casa a alguém apenas por ser afrodescendente, e que um bancário se dê ao luxo de colocar um currículo de lado por a candidata ser negra.

Estas são histórias de hoje, em Portugal, mas muitas lembram ainda o período colonial, quando todos os cidadãos das províncias ultramarinas eram supostamente cidadãos portugueses, mas alguns eram portugueses de segunda: ou faziam trabalhos forçados, ou passavam pelo teste de assimilação, que implicava, por exemplo, falar e escrever correctamente o português ou uma conversão à religião católica<sup>1</sup>.

Hoje, há uma imensa geração de portugueses negros, nascida em Portugal, que continua a ter o cartão de imigrante. Estes portugueses ainda são tratados como cidadãos de segunda, sem plenos direitos de cidadania, porque a lei da nacionalidade foi alterada em 1981 para deixar de reconhecer quem nasce no país como sendo automaticamente português, uma questão que é aprofundada no capítulo dedicado à nacionalidade.

No período colonial, as cidades eram segregadas: no centro viviam os brancos; nas periferias, e em construções precárias, os negros. Em Lisboa, no século XXI, basta apanhar o comboio na

1 O *Código do Indigenato ou o Estatuto do Indígena* foi instituído por vários decretos em três colónias portuguesas, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, em 1926, tendo sido revisto em 1929 para acentuar a divisão racial. Hierarquizava-se a população local em três categorias: indígenas, assimilados e brancos. Os primeiros não tinham direitos e para ascenderem a assimilados tinham de cumprir uma série de requisitos: saber ler e escrever português, ser católico e ter os mesmos costumes que os portugueses. Foi formalmente abolido em 1961, quando Adriano Moreira era ministro do Ultramar. Ver também *O Indígena Africano e o Colono Europeu; A construção da diferença por processos legais*, de Maria Paula Meneses.



linha da Sintra, passear pela Amadora, ou ir até às margens do aeroporto em Loures para verificar como a cidade está organizada de forma segregada — e como quem aí vive é marginalizado pelos poderes públicos, que não oferecem àquela população maioritariamente negra as mesmas infra-estruturas do centro, situações retratadas no capítulo sobre a habitação.

Hoje, quem entra de madrugada num autocarro que vá da periferia para o centro de Lisboa vê sobretudo mulheres negras. São guerreiras invisibilizadas pela sociedade, que vão limpar os escritórios daqueles com quem nunca se cruzam para ganhar um salário de menos de 500 euros.

Sob a tutela colonial portuguesa, as crianças africanas não podiam aprender nada sobre a História do seu país. Hoje, as nossas escolas continuam a ensinar a narrativa do colonizador benevolente, que trouxe mundos ao mundo<sup>1</sup>, e a omitir o colonizador que dizimou e escravizou populações, e que tratou mulheres e homens como objectos. Como fica também patente no capítulo da educação, há escolas segregadas, em zonas da periferia, com os jovens negros a seguirem em massa o ensino profissional e poucos terem a possibilidade de continuar para a universidade<sup>2</sup>.

Se no tempo colonial os senhores chicoteavam os negros que trabalhavam de sol a sol em regime forçado, hoje a polícia entra nos bairros desfavorecidos à queima-roupa e brutaliza jovens negros, homens ou mulheres, como também se relata nestas páginas (ver capítulo sobre a justiça). Nas prisões, há dez vezes mais cidadãos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

1 Ver *Os Contornos do Eurocentrismo — Raça, história e textos políticos*, org. Silvia Rodríguez Maeso e Marta Araújo (Almedina).

2 Ver artigo de Cristina Roldão, «Contra o Racismo». Para uma escola mais democrática, no blogue Fronteiras XXI: <https://fronteirasxxi.pt/racismo-na-escola/>

do que portugueses, um número que sobe quando nos aproximamos de cidades como Amadora ou Sintra — dados piores do que nos Estados Unidos<sup>1</sup>.

Em Portugal, o debate sobre o racismo tende a circunscrever-se às atitudes, mais ou menos conscientes, de um indivíduo sobre outro, como se estivesse mais ao nível das microagressões perpetradas por algumas pessoas racistas identificadas<sup>2</sup>. Mas o racismo é bem mais complexo do que isso e vai muito além da acção e consciência individuais<sup>3</sup>; é uma questão com uma dimensão estrutural e institucional<sup>4</sup> que leva até à exclusão.

Por isso, este trabalho foi à procura do racismo que tem raízes históricas, que abrange várias facetas da vida de quem é discriminado, que perpetua as desigualdades independentemente da classe social, que implica as próprias instituições do Estado e que acaba por ser legitimado e normalizado pelos cidadãos no seu quotidiano.

Sou uma jornalista branca e não tenho a pretensão de falar por ninguém<sup>5</sup>. Escrevo a partir de uma posição social que sei que

1 Sobre este tema, ler «Racialized Mass Incarceration Poverty, Prejudice, and Punishment», de Lawrence D. Bobo e Victor Thompson (in *Doing Race: 21 Essays for the 21st Century*, Nova Iorque: Norton), ou *The New Jim Crow: Mass Incarceration in an Age of Colorblindness*, de Michelle Alexander (The New Press).

2 Sobre estas diferenças, ver as distinções feitas pelo sociólogo angolano Paulo de Carvalho entre racismo como ideologia, preconceito, discriminação racial e exclusão social no artigo «Racismo enquanto teoria e prática social» (in *O Que É o Racismo?*, Escolar Editora), ou «Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem», do brasileiro Oracy Nogueira (*Tempo Social*, revista de Sociologia da Universidade de São Paulo).

3 Ver *A Crítica da Razão Negra*, de Achille Mbembe (Antígona), ou *The Empire Strikes Back. Race and racism in 70s Britain* (Centre for Contemporary Cultural Studies, Hutchinson), de Jon Solomos, Paul Gilroy, entre outros.

4 Termo introduzido pelos activistas norte-americanos Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton em finais dos anos 1960.

5 Ver *O que é lugar de fala?*, da filósofa brasileira Djamilia Ribeiro (Letramento). Citando a americana Patricia Hill Collins, a autora sublinha que o conceito do lugar de fala não implica impedir quem não é alvo de racismo de falar sobre isso, mas sim expor o seu *locus* social, ou seja, as condições sociais que constituem o grupo do qual faz parte.

é de vantagem, para denunciar alguns dos efeitos da estrutura montada pela sociedade em que vivo, a mesma estrutura que me permitiu chegar até este trabalho com um capital económico, social e cultural acima da média<sup>1</sup> por pertencer à categoria racial branca.

A minha função é servir de plataforma para as vozes de um grupo heterogéneo de pessoas que é alvo de discriminação a vários níveis. Mas essa discriminação também me diz respeito: primeiro, como cidadã; depois, como jornalista, uma profissão que tem como missão contribuir para o avanço da igualdade entre todos, e que tem a responsabilidade de expor injustiças e denunciar os processos que levam a que alguns grupos sociais sejam tratados e vistos como diferentes<sup>2</sup>.

Expor é um passo para se conseguir colocar a questão na agenda dos políticos, mas é também uma forma de mostrar que o racismo não é um problema de quem é o seu alvo: tem de passar a ser uma preocupação de toda a sociedade portuguesa, uma variável a ter em conta nas análises socioeconómicas, e não pode ser remetido para o nicho das «minorias» e das questões da imigração.

É por isso que os grandes protagonistas destas reportagens são cidadãos negros, que viveram e vivem «na pele» aquilo que relatam, ou que o estudaram por via da sua profissão. São também ouvidos agentes do sistema que, por causa das funções que exercem, têm legitimidade para analisar a realidade do ponto de vista das desigualdades raciais ou são aqueles a quem se deve pedir responsabilidades (alguns ministérios interpelados optaram por não comentar ou responder).

<sup>1</sup> Refiro-me à definição que fez Pierre Bourdieu de capital cultural, no qual se incluem bens como a educação, e de capital social, que pressupõe a existência de redes e acordos de reciprocidade: ambos favorecem a criação e a reprodução das desigualdades. Ver *La distinction — critique social du jugement*, de 1979.

<sup>2</sup> Em *Plantation Memories: Episodes of everyday racism*, a portuguesa Grada Kilomba refere-se à hipótese de as pessoas não serem discriminadas por serem diferentes, mas sim tornarem-se diferentes por terem sido alvo de discriminação.

Recolhi testemunhos de quem se sente alvo de várias formas de racismo, mas também encadeei a visão e experiência de procuradores, advogados, professores, activistas, investigadores, artistas, domésticas, empresários, trabalhadores de organizações não-governamentais, políticos, reformados, pensionistas, estudantes, funcionários públicos, num total de cerca de 80 pessoas de diversas áreas, e analisei diversos dados e estatísticas. Algumas destas pessoas aparecem em mais do que uma reportagem, justamente porque o racismo afecta várias áreas da vida, em múltiplas dimensões.

Infelizmente, o panorama aqui apresentado é necessariamente incompleto. Em Portugal, mesmo com várias recomendações da Organização das Nações Unidas e a persistência de grupos activistas e académicos, é impossível saber quantos negros estão na prisão, quantos negros ocupam profissões precárias e quantos não têm acesso aos serviços básicos, como a educação e a saúde. Apesar da presença significativa de negros em Portugal pelo menos desde o século xv, e apesar das sucessivas vagas de imigração africana registadas sobretudo a partir dos anos 1950, não há como saber quantos cidadãos negros estão em posição de destaque, quantos são professores na academia, quantos têm as melhores notas da turma e quais são os seus salários (o mesmo vale para os brancos, aliás). As estatísticas não podem ser colocadas lado a lado para se fazer a comparação. Para conseguir alguma aproximação, foi necessário recorrer a dados sobre imigrantes dos PALOP nas várias áreas em que esses dados existiam, o que alimenta mais uma vez a ideia de que os negros são estrangeiros.<sup>1</sup>

A possibilidade de recolha de dados étnico-raciais no Censos 2021, que é polémica e está a ser analisada pelo Governo, traria

<sup>1</sup> Segundo as estatísticas, a maior fatia da população negra em Portugal tem origem em Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

benefícios para este tipo de análise. Iria mostrar quantos são os portugueses negros, qual o seu peso na população, quantos votam e que posições ocupam na escada social. Teria ainda outro grande benefício: tornar visível uma identidade política branca num país em que os brancos não se vêem enquanto categoria racial, criando assim uma maior consciência das vantagens que têm em relação aos não-brancos. Dessa forma, seria mais fácil pensar medidas para corrigir as desigualdades raciais, com políticas públicas para a educação, a habitação, o emprego ou a saúde, desenvolvendo acções afirmativas para contrabalançar o enviesamento de um sistema endogâmico<sup>1</sup>.

A abordagem nestas reportagens pretende reflectir sobre o «privilégio branco», um conceito pouco discutido em Portugal e popularizado por académicas como a norte-americana Peggy McIntosh, em 1989, com o ensaio *White Privilege: Unpacking the invisible knapsack* — sobre como os brancos nascem com enormes vantagens e com um conjunto de benefícios invisíveis que muitas vezes não reconhecem<sup>2</sup>. Acredito que a desconstrução do racismo

tem de ser feita neste sentido, sem ignorar a continuidade das relações assimétricas bem retratadas nas histórias deste livro.

Não estou à espera que esta perspectiva aqui escolhida e assumida seja menos polémica do que o foram na altura os artigos publicados no jornal *Público*. É um risco falar de um tema tão espinhoso no país que evita a todo o custo olhar-se ao espelho de frente. Desconstruir a imagem do «mundo que o português criou» implica abalar um inconsciente colectivo fortíssimo, mas as vozes destas reportagens dão-nos muita matéria para perceber o quanto o racismo é a violação dos mais básicos direitos humanos. Já estamos atrasados no processo de desmantelar os nossos brancos — brancos — costumes.

1 Nos Estados Unidos, as políticas de acção afirmativa, com o Governo a desenvolver activamente formas de promover a igualdade de tratamento e de oportunidades para as minorias, começaram nos anos 1960, mais timidamente com a administração Kennedy e depois com o Presidente Lyndon Johnson. Ainda no final da mesma década alargou-se a política ao fim da segregação escolar e à instituição de quotas. Outros países com políticas idênticas são o Canadá, o Reino Unido, a África do Sul ou o Brasil, sendo que este último instituiu quotas em universidades a partir de 2000.

2 Sociólogos como W.E.B. Dubois, no início do século xx, com *The Souls of Black Folk*, e filósofos como Frantz Fanon, mais tarde, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952, Paisagem), colocaram a questão da «branquitude» como central em relação ao racismo; a partir dos anos 1960, o americano Theodore W. Allen desenvolveu uma investigação de décadas sobre esta possibilidade em *Class Struggle and the Origin of Racial Slavery: The invention of the white race*. Outras sugestões sobre este tema são o ensaio de James Baldwin, *On Being White and Other Lies*, de 1984, ou *Representing Whiteness in the Black Imagination*, de Bell Hooks. A este propósito, neste caso em português e mais recente, ver também *Entre o «encardido», o «branco» e o «branquíssimo»: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (Catálogo USP), da brasileira Lia Vainer Schucman, e o já referido *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*, da portuguesa Grada Kilomba (Unrast).

## JUSTIÇA

*«Há uma justiça para brancos e uma justiça para negros.»*

Há poucos sítios que despertem tanta indiferença a uma sociedade como as prisões: poucos querem saber como se trata quem lá está, tornando-se facilmente um território de ninguém. Quem é encarcerado tem altas probabilidades de ser dupla e triplamente punido, de cumprir uma pena para a vida, mesmo quando já está fora das grades.

Na prisão — estudaram-no vários autores, como Michel Foucault<sup>1</sup> — o regime de retaliação enclausura também os nossos medos, os nossos grandes fantasmas, as nossas inseguranças enquanto sociedade. Quanto mais tempo aqueles que elegemos como inimigos lá ficarem, melhor.

Não espanta, por isso, que quem visite os estabelecimentos prisionais em Portugal, em particular os que estão em zonas onde há um maior número de afrodescendentes, veja sobretudo população negra, em enorme desproporção quanto à sua representatividade social. Ainda recentemente (Fevereiro de 2018), o Comité Anti-Tortura do Conselho da Europa afirmou que Portugal está no topo dos países da Europa Ocidental com o maior número de casos de violência policial, e que o risco de abusos é maior para afrodescendentes portugueses e estrangeiros — ou seja, aquele organismo reconhece que há discriminação racial por parte das forças de segurança.

---

<sup>1</sup> Em *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (Edições 70).

Quando comecei a fazer este trabalho sobre o racismo em Portugal pensei de imediato no sistema de Justiça, abrangendo desde a polícia aos tribunais, justamente porque imaginava que o resultado da investigação iria tornar a ferida mais visível. Só não achei que fosse tão profunda.

Olhando para trás, parece-me agora óbvio.

Em 2015, quando estava a trabalhar nas reportagens de *Racismo em Português — O lado esquecido do colonialismo*, recebi o telefonema de um amigo brasileiro a alertar-me para o que tinha acontecido na Cova da Moura, dias antes. Flávio Almada, membro da direcção do Moinho da Juventude — uma das mais notáveis instituições de apoio social, prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República, que opera no referido bairro lisboeta —, tinha sido espancado na esquadra de Alfragide.

Não tinha sido o único. Estavam mais cinco jovens com ele. Toda a gente ficou em choque. No dia seguinte, fui ter com Flávio Almada e com outro dos envolvidos, Celso Lopes, para ouvir a sua história e contá-la nas páginas do *Público*, isto depois de nos primeiros dias alguns meios de comunicação terem veiculado a tese de «tentativa de invasão da esquadra» por parte dos jovens. Portugal não tem muitos casos mediáticos de racismo.

O episódio resume-se em poucas linhas: um jovem foi detido pela PSP na Cova da Moura, acusado de mandar pedras ao carro da polícia. Mais tarde, vários amigos do detido, entre eles Flávio Almada e Celso Lopes, foram à esquadra de Alfragide tentar saber o que tinha acontecido. Mas acabaram também detidos, durante 48 horas, um prazo para lá do normal em situações destas.

Enquanto estava detido, Celso Lopes levou um tiro de bala de borracha disparado por um dos agentes. E o Ministério Público

chegou a pedir a prisão preventiva dos seis jovens por resistência e coacção a funcionário.

Além da violência física — pontapés, murros, socos —, os jovens acusavam os agentes de terem gritado ofensas racistas. «A vossa raça devia ser exterminada», «deviam alistar-se no estado islâmico», ouviram.

Estávamos, portanto, diante de uma agressão motivada por ódio racial, ao nível de grupos neonazis ou do Klu Klux Klan. Só que a gravidade da situação não encontrou eco social. Tirando alguns grupos activistas, o caso foi esquecido. O facto de seis jovens da Cova da Moura terem conseguido provar que tinham sido agredidos pela polícia, ainda para mais tendo também sido alvo de insultos racistas, não gerou compaixão, não mobilizou políticos nem instituições.

Uma das primeiras pessoas com quem tinha de falar agora para fazer o artigo sobre a Justiça era, justamente, o Flávio Almada. Em Junho, encontrámo-nos para a entrevista. Tinham-se passado mais de dois anos desde a situação na esquadra e nada tinha acontecido.

Dias depois do nosso encontro, num volte-face, o procurador do Tribunal da Amadora redigiu um despacho em que acusava «de forma inequívoca e sem sombra de dúvida» 18 agentes daquela esquadra de vários crimes, entre eles falsificação de auto de notícia, tortura e racismo. Uma acusação inédita na justiça portuguesa que parecia deitar por terra a tese sobre a impunidade da violência policial racista. Só que da mesma maneira que não se pode afirmar que todos os negros são criminosos porque houve um negro que praticou um crime, não se pode considerar que o sistema reconhece e pune o racismo porque um procurador o fez.

# RACISMO NO PAÍS DOS BRANCOS COSTUMES

foi composto em caracteres Hoefler Text  
e impresso pela Eiga!, Indústria Gráfica,  
sobre papel Coral Book de  
90 gramas, em Março  
de 2018.